



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º — O art. 12 e parágrafos, passam a ter a redação seguinte:

“Art. 12 — Os deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados, criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 2.º — Se a Assembléia não se pronunciar sobre o pedido, dentro de 40 (quarenta) dias a contar de seu recebimento, ter-se-á como concedida a licença.

§ 3.º — No caso de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de 48 (quarenta e oito) horas à Assembléia Legislativa para que resolva sobre a prisão e autorize ou não a formação da culpa.

§ 4.º — Os deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 5.º — As prerrogativas processuais dos deputados arrolados como testemunhas, não subsistirão se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de 30 (trinta) dias, ao convite judicial.

§ 6.º — A incorporação às Forças Armadas, de deputados, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia Legislativa”.

Art. 2.º — O art. 107 fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3.º — Os vereadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional, gozando das mesmas imunidades asseguradas aos deputados por esta Constituição.”

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI.

Apoio: Nilso Sguarezi, Nelson Friedrich, Fuad Nacli, Darcy Deitos, Mário Celso, José Domingos Scarpelini, Tadeu Lúcio Machado, Edilson Alencar, Lineu Turra, Renato Bernardi, Augusto Carneiro, Fiori Luiz, Domício Scaramella, Deni Schwartz, José Tavares, Adalberto Daros, Antônio Facci, Trajano Bastos, Gernote Kirinus, Pinto Dias, Luiz Alberto de Oliveira, Cyro Martins e Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

A matéria constante do artigo 1.º decorre de adaptação pura e simples do disposto na Constituição Federal sobre a matéria, aliás já incorporada à nossa Carta por força do que estabelece o art. 200 do Texto Magno.

O art. 2.º dispõe sobre a inviolabilidade e a imunidade do vereador e, de certa forma, revive uma regra que já esteve na Constituição de 12 de julho de 1947, deste Estado, mais

precisamente no art. 128, cujos termos são os seguintes:

“Art. 128: Nos territórios dos municípios onde forem eleitos, o prefeito e os vereadores gozarão das mesmas imunidades asseguradas aos deputados por esta Constituição”.

Verifica-se, portanto, que a propositura em tela é menos abrangente, na medida em que propõe tão somente aos vereadores, a inviolabilidade e a imunidade.

Os fundamentos da reabilitação das prerrogativas ao vereador são os seguintes:

O Parlamento livre, sem que haja inviolabilidade, inexistente.

A inviolabilidade parlamentar vem consagrada no direito pátrio brasileiro desde 1.824, data da edição e promulgação da primeira Constituição.

Todas as demais Cartas Magnas consagraram o mesmo princípio.

Nos anos negros do arbítrio, que se prenuncia estar no fim, foi inserida no texto constitucional uma excrescência legal e moral, ou seja, a quebra da inviolabilidade parlamentar.

Atar a palavra do ocupante da tribuna de um Parlamento às normas pré-estabelecidas, estando sobre a cabeça do parlamentar, permanentemente, uma “espada de Dâmois” é medida que, sem sombras de dúvidas, não é cabível.

Estamos, queremos crer, no porvir de novos tempos, tanto é que com a edição da Emenda Constitucional n.º 11, de 17 de outubro de 1978, foi eliminada a ressalva dos crimes contra a honra, ou sejam, a calúnia, a injúria e a difamação.

O Supremo Tribunal Federal, no passado, por maioria de votos, nunca por unanimidade, em vários julgamentos decidiu pela inconstitucionalidade de disposições estaduais que concediam imunidade aos vereadores. Em termos de doutrina, diversos juristas discordam desse entendimento jurisprudencial e, parece-nos com bom fundamento.

Não há um artigo em norma positiva federal que o proíba; nem a Constituição Federal que é omissa, nem nas leis ordinárias da União.

No que toca ao ponto da imunidade aos vereadores, há que se lembrar que a Lei Eleitoral (lei federal), concede pela via ordinária, verdadeiras imunidades formais a eleitores e candidatos (Código Eleitoral, art. 236, § 1.º), proibindo ou dificultando a prisão dos mesmos. É verdade que por curto período, mas de qualquer forma, uma imunidade não processual concedida por lei ordinária e cuja constitucionalidade não é posta em dúvida. A Imunidade não é um privilégio pessoal, o qual não valeria se não previsto na Constituição Federal. É ela uma garantia funcional e aos Estados, segundo nosso entendimento, nada os impede de estenderem aos vereadores, ou então, o Poder Central ainda não reconhece aos Estados a faculdade de suprimirem o silêncio Federal.

A aprovação desta proposição é medida que demonstrará, inequivocamente, mais um passo na conquista da independência que o Poder Legislativo tem que reconquistar.